

Entre o poder e a mídia: um olhar sobre os entrelaçamentos entre o campo político e o campo midiático**Dejalma Cremonese (Universidade federal de Santa Maria)¹****Morgana de Melo Machado (Centro Universitário Franciscano)²****RESUMO**

Este artigo está inserido nas discussões sobre os entrelaçamentos entre o campo político e o campo midiático e seus possíveis desdobramentos na contemporaneidade. Por meio de metodologia qualitativa, contemplam-se, por um lado, teorias em diferentes abordagens, sobre as estratégias discursivas e operacionalização das mídias que perfazem o próprio discurso político, teorias feitas à luz de pensadores como Pierre Bourdieu, Patrick Charaudeau e Eliseo Verón. Por outro, busca-se traçar historicidades e peculiaridades acerca da política como ciência em suas diferenciações para com a filosofia política e os encaminhamentos do campo político na atualidade, busca essa que tanto incide sobre os diálogos entre clássicos da própria política. Dessa forma, propõe-se um diálogo entre política e mídia que é pensado a partir das formações discursivas evidenciadas em estratégias e na produção de efeitos de sentido.

Palavras-chave: Política, Mídia, Campo, Poder, Sociedade.**ABSTRACT**

This article is included in discussions about the connections between the political and media field and its possible outcomes nowadays. Through qualitative methodology, come up, on the one hand, theories on different approaches on the discursive strategies and operationalization of media that make up the actual political

¹ Licenciado em Filosofia pela FAFIMC - Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição - Viamão RS; Especialista em Pesquisa Científica FIC (Unifra); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS (UFSM); Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor Adjunto III do Departamento de Ciências Sociais da UFSM. Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Ensino de Sociologia no Ensino Médio (Especialização) e Professor do Mestrado em Ciências Sociais da UFSM. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4766042J3E-mail: dcremoisp@yahoo.com.br>

² Graduada em Comunicação Social, habilitação: Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Maria (2006). Mestranda em Ciências Sociais - Linha Representações sociais, etnicidades, mídia, consumo e educação, pela Universidade Federal de Santa Maria (2012). Especialista em Comunicação e Projetos de Mídia pelo Centro Universitário Franciscano (2011). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Santa Maria (2011). Professora do Centro Universitário Franciscano. Pesquisadora da área de percepção e consumo na Antropologia, plataformas e discursos midiáticos, e mercado do luxo. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4164396T6> E-mail bruxamorgana@hotmail.com

discourse, the use of the thinking of theorists such as Pierre Bourdieu, Patrick Charaudeau and Eliseo Verón. On the other, it seeks to draw historicities and peculiarities about politics as science, in their differentiation toward political philosophy and referrals from the political field today, which is reflected in the dialogues between classic policy. Thus, we propose a dialogue between politics and media, which is thought from the discursive strategies and evidenced in the production of meaning effects.

Keywords: Politics, Media, Field, Power, Society.

Introdução

Não é de hoje que se percebem as relações aproximadas entre a política e a mídia. Os pleitos eleitorais podem ser um bom exemplo de como indícios manipulatórios e midiáticos perfazem a prática da política. Um desenvolvimento acelerado dos meios e dos veículos de comunicação a partir do séc. XX fez com que os processos de midiaticização alcançassem a vitalidade da própria política. Assim, pode-se perceber a sutil substituição das ações por promoções, das razões por emoções e, por que não dizer, da ética pela estética. Sim, já existiu um tempo em que a política, não somente pensada, mas vivida por homens gregos, era diferente, pois era balizada por princípios, valores e razões para o bem da coletividade. A política clássica, a partir de sua etimologia, era entendida como o envolvimento do homem com os assuntos públicos (comunidade). Por outro lado, aquele que se preocupava apenas com os assuntos privados era denominado de *idiótes*. Assim, o *savoir-faire* da política como preceito grego, evidentemente, não é cumprido ao nosso tempo, contudo tal preceito se mantém na atualidade por meio de um discurso atemporal, o que também é próprio da herança grega.

De quantos poderes se constitui a política? Ou, melhor, como a política passou a deflagrar poderes na atualidade? E, por fim, como a mídia passou a ser um poder da política, ou, inversamente, a política passou a ser refém da própria mídia? São muitos os questionamentos e poucas as reflexões verdadeiras que trazem à tona um cenário que envolve poder, disputa, jogos e posições entre o campo midiático e o campo político. Atualmente, observar a vitória de um candidato, sua trajetória e ascensão, significa aprender a conhecer um discurso que implica a presença onipresente e onipotente da mídia, por meio de

informações justapostas, articuladas e que visam a um efeito de sentido em nossas experiências e vivências (CHARAUDEAU, 2009). Dessa forma, negociações entre os cidadãos enquanto sujeitos comunicacionais e políticos, cada qual com a sua parcela política na sociedade, e políticos por vocação estão implicados no processo de construção da vida pública e tornam a própria comunicação um ato de política (WEBER, 1971).

Enquanto um processo de mediação, como nos diz Martin-Barbero (2008), também à luz do pensamento de Bourdieu (1997; 2011) e de demais autores, como Bobbio (1997), Dahl (1997) e Weber (1971), este artigo tem como objetivo propor um olhar sobre os entrelaçamentos entre o campo político e o campo midiático. Isto é feito a partir de uma revisão bibliográfica que conjuga saberes dessas duas esferas de conhecimento, demarcando pontos axiomáticos fundamentais, inclusive aí incluindo fundamentos da filosofia da política, que é entendida por Bobbio (1997) como uma reflexão filosófica própria do campo político. É com a premissa de realizar reconstrução histórica, legal, moral e social da política, que suas bases, ideais e inspirações determinam sua essência, disseminada em um vasto e complexo campo em que a práxis política acontece. Nesse contexto, a palavra *política* assume um significado particular e específico, no sentido da tomada de decisões acerca dos fins de agir humano. Em suas relações como a ideologia, a filosofia política pode reconhecer o caráter valorativo ou ideológico do discurso político, aprofundando critérios de legitimação das relações existentes. Para tanto, a natureza do dever político passa pela legitimidade dos poderes, como o poder da própria mídia, em que dever é confundido como dever moral (BOBBIO, 1997). Procurar critérios para sua legitimidade de poder e compreender motivos que expliquem a obediência que os homens prestam ou negam a esse poder diz respeito a uma pretensa autonomia dos indivíduos enquanto cidadãos, autonomia que, atualmente, passa pela convicção deliberada da própria mídia. Sendo assim, o artigo está estruturado em três seções, sendo que a primeira discorre sobre os principais elementos do campo político. A segunda seção trata do debate do campo midiático e de suas relações, para, no final, terceira seção, apresentar uma articulação teórico-prática, com dados empíricos e teorizações sobre o pensamento acerca da política contemporânea.

Aspectos de um recorte para o campo político

Nos últimos anos, a complexidade e a dinamicidade das instituições vêm exigindo maior qualidade nas disputas que envolvem atores sociais e campos, demandando a existência de interfaces entre as áreas do saber. A vivência de uma transição paradigmática preconizada por Kuhn (1998) desintegra algumas áreas de formação e as reintegra a outras, compreendendo novas formatações e mudanças conceituais. Assim, procura-se legitimidade por todos os lados.

Por política, Bobbio (1997) postula ser uma derivação das preocupações em torno da pólis. Este termo significa tudo o que diz respeito ao civil, ao público, ao sociável na urbe. Em Aristóteles (1988), assume o significado comum de arte ou ciência de governo. Ordena, para tanto, coisas a efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, em nível de domínio, normas, recursos, conquista, manutenção, defesa e ampliação de poder. Utilizando-se de elementos da filosofia política, a política, em sua tipologia clássica, pode ser entendida como uma forma de atividade ou de práxis humana, no sentido de relações recíprocas de poder, vontade, domínio e possíveis comportamentos. Para tanto, o poder político é exercido de um homem sobre outro, observando-se essa mesma relação em outras esferas e em outros campos da sociedade. A tipologia moderna das formas de poder, segundo Bobbio (1997, p. 955), divide-se em três: poder econômico, ligado à posse de bens para o trabalho; ideológico, referente à influência das ideias difundidas em um contexto que compreende processos de comunicação e socialização; e, sobretudo, político, que é um poder coator e supremo, uma vez que possui instrumentos de força física. Este último poder é articulado sobre três subsistemas fundamentais da sociedade global: forças produtivas, consenso e coação, dentro da ótica marxista, em que estrutura refere-se ao econômico e superestrutura, ao político-jurídico, ou até ao ideológico.

Assim, o poder político tem o monopólio ou a exclusividade do uso da força na sociedade organizada. Ocorre, contudo, que as instituições políticas têm sido questionadas

pela função de permitir à classe dominante manter-se no domínio. Para isso, observa-se uma desmonopolização do próprio poder político com a ascensão dos poderes econômico e ideológico. Seria o fim da política, da preocupação com o bem-estar e os direitos civis? A ordem é o fim mínimo da política e, para isso, para a noção de Estado observada na contemporaneidade. A organização de um poder coativo enquanto monopólio de força é indispensável, já que o fim da política, para Aristóteles (1988), é o bem comum, a convivência ordenada em um bem partilhado por todos os membros de um grupo. Para tanto, a política define uma maneira específica de exercer poder e tentar amenizar conflitos entre homens e grupos sociais. As relações entre o político e o social dizem respeito à formação do próprio Estado, em sua finalidade, e também à práxis humana, inclusive das atividades econômicas dos indivíduos, na disputa pela posse dos bens materiais. Deflagra-se, nesse contexto, a problemática da autonomia política, daquilo que se refere ao cumprimento do dever, dos “fins que justificam os meios” atribuídos a Maquiavel (2007), polarizados na definição weberiana da política enquanto um conflito entre moral e ética, a partir de valores como convicção e responsabilidade. Desse modo, a política como ética do grupo está muito vinculada ao valor de ética da convicção, que é individual, mas é nas razões do indivíduo que se encontra a base para as relações entre o Estado e própria coletividade.

E é em uma relação de identificação entre o campo político e o campo midiático que ambos assumem um sentido próprio ou novos sentidos, no que se refere à autonomia da própria política. Entre o poder e a mídia está o fenômeno político como imposição de poder de uma minoria sobre uma maioria, que se estabelece com base em uma referência ideal de política, articulada sob um pensamento político tradicional. Duzentos anos depois de Augusto Comte, a política fica cada vez mais obcecada por quantificações e números, e reduz a humanidade a essa obsessão. Utiliza-se, para isso, de métodos genéricos entre a ortodoxia de Descartes e a peculiaridade de Maquiavel, que observa a própria política, em sua lógica particular, sem escandalizar-se, em contraponto à ética fundamental pensada por Aristóteles e Platão.

Assegurados nos pilares do diálogo, do exercício da justiça, do poder do discurso, do interesse público na vida em sociedade, da participação e da deliberação para a democracia verdadeira e do reconhecimento do bem em si, Platão e Aristóteles pensaram as relações entre o Estado e a sociedade enquanto aproximação da virtude e do bom, para garantir o funcionamento da família por meio de uma ética universal, que seria ter a vida pessoal como a vida política. Assim, o conceito de pólis enquanto comunidade autônoma e capacitada para a política perfaz o pensamento de Aristóteles, para quem o governo deveria ser um misto entre a aristocracia e a democracia. Já na modernidade, os contratualistas visualizaram, contudo, o peso do próprio Estado enquanto instituição moderna para a vida em sociedade, garantindo a legitimidade do poder político. A construção do conceito de organização político-pública do Estado, sob um aspecto amplo, passa, necessariamente, por uma reflexão sobre a própria estrutura da sociedade, seja em termos de cultura, política, economia, ou mesmo o alicerce ligado à questão religiosa. Ao conceber a noção de Estado, como uma estrutura institucional de poder, e, faz-se aqui uma alusão ao pensamento do Século das Luzes, a partir de iluministas como Rousseau (1978) e Montesquieu (1963), percebe-se que é o poder que legitima o próprio Estado, e essa legitimidade se sustenta sob forma de autoridade. Assim, o Estado envolve uma questão do Poder, em sua origem, natureza, organização e distribuição. Para Thomas Hobbes (2006), o poder será exercido pelo grande Leviatã (Estado), único autor que poderá frear as vontades individuais do homem pré-moderno. Em seguida, o filósofo John Locke (2001) pautará a sua teoria na defesa dos direitos naturais através de um Governo Civil que seja capaz de proteger a vida, a liberdade e a propriedade privada. Por fim, Jean Jacques Rousseau (1978) vai afirmar que, a partir do contrato social, surgiu a vontade geral que é soberana e que objetiva a realização do bem geral. Assim, com base no pensamento de Montesquieu (1963), pode-se perceber a separação, influência e confluência dos poderes, moderados pelos freios e pelos contrapesos do próprio Estado, abertos atualmente em um leque que está para além do Executivo, do Judiciário e do Legislativo.

Com o avanço dos direitos naturais, no entanto, avanço que priorizou os interesses liberais, o próprio Estado teve que se defrontar com a nova classe social emergente – o proletariado – e precisou reinterpretar as ideias de liberais para justificar suas prerrogativas e

evitar que o proletariado reivindicasse, da mesma forma como os liberais, os direitos naturais à liberdade e à igualdade. Assim, nasce um enfoque marxista, que foi elaborado a partir da crítica ao enfoque liberal de Estado, e embasa-se na existência de uma sociedade de classes onde os interesses são antagônicos, inviabilizando a realização do bem comum e a neutralidade do Estado (MARX; ENGELS, 1999).

Já no alvorecer do século XX novas elites remontam a visão daquilo que se entende por governar, de modo que o pensador elitista Vilfredo Pareto compreende a dominância de uma camada superior da sociedade em detrimento de uma maioria, camada superior que é percebida como detentora dos índices mais elevados da questão política. Essa elite pode ser governamental e não governamental.

Na questão política, há a elite governamental que se distingue da não-governamental. A elite governamental é um grupo minoritário e é uma constante na história das sociedades. A elite não-governamental, por sua vez, é extremamente heterogênea. Há os que são dominados por fins ideais, caracterizando-se por uma classe dominada pelos sentimentos, as agregações. Há políticos que querem trabalhar no interesse da população e, dessa maneira, são dominados pelo instinto das combinações. (MALFATTI et alii, [s.d.],p. 4).

A partir da combinação das linhas de pensamento dos referidos autores, utilizados para promover o entendimento sobre as questões ligadas ao Estado em sua estrutura política e social, pode-se entender que seu desdobramento, que orchestra as ações na própria sociedade civil, representa o novo momento teórico. Este novo momento se caracteriza pela introdução do destaque aos meios de comunicação, meios que canalizam à própria estrutura política vigente, uma direção intelectual e moral, difundindo, com eficácia, as ideologias da classe hegemônica vigente. É nesta perspectiva que Bourdieu (2011) situa os pensamentos sobre o campo político. Ele pensa o campo político por meio de uma reflexão sobre o não-político. Bourdieu, assim, processa o político a partir da interface com outros campos dos saberes, como a cultura, a economia e a própria mídia.

Para Bourdieu (2011), a noção do campo político passa pelos desdobramentos de três aspectos reflexivos: a construção da realidade, por meio de um método comparativo; a comparação entre realidades; e a noção das virtudes e dos bons conceitos em política. Nesse

contexto, a política realiza uma peculiar separação entre “profissionais e profanos”, no sentido de seus processos, de suas relações e de suas propriedades no mundo contemporâneo, que se encaminha para a vivência oligárquica, percebida na concentração de poder nas mãos de um pequeno número dentro da relação entre dominantes e dominados. Assim, identifica-se uma capacidade desigual de acesso ao campo político, desigualdade que diz respeito também ao processo de educação. Em um jogo particular do qual muitos são excluídos, o campo da política se configura a partir de uma palavra que assume duas conotações: técnica e jurídica; e daqueles que têm competência para falar em política. Daí, observam-se diversos “monopólios de manipulação legítima”, nas palavras de Weber, que perfazem os pressupostos da ordem política, em uma certa mobilização do campo midiático em torno do campo político.

Assim sendo, pertencer ao campo político assenta-se numa crença que ultrapassa as posições construtivas de luta que nele se travam, em um engendramento de acordos e de desacordos. Em um campo que é construído a partir de ações realizadas em jogo, entende-se que somente os políticos têm competência para fazer política, e, nesse sentido, o próprio campo desenvolve uma axiomatização particular, em relações de apropriação de posições antagônicas que ameaçam as identidades de grupos e as respectivas representações. Esse posicionamento dos envolvidos prevê interesses políticos que anulam os princípios das próprias ações políticas e evidenciam uma política também “politiqueira” em um campo de forças e de lutas justapostas para transformar as relações de força entre praticantes, pares e competidores do cenário da política.

O processo da política, inserido no contexto dos jogos de poder, de disputas e de posicionamentos entre profanos e sagrados, articulado em estratégias e em ações predeterminadas (BOURDIEU, 2011), dentro de uma ambiência e em uma determinada sociedade, pode ser, portanto, entendido sobre dois aspectos: as estratégias adotadas, a partir dos objetivos escolhidos; e o processo de mudança, no que diz respeito ao comportamento individual, bem como organizacional. É tempo de eleição, e o campo da política necessita, com isso, ser melhor pensado, uma vez que Schumpeter (1961) já dizia: “Não há nada mais falsificador do que a verdade evidente”. Assim, por meio das ideologias e das posturas da

vida política, ditam-se campos visíveis e invisíveis, didática na qual a mídia pode ser percebida como um mister para que, sobretudo, a própria política, em sua essência, seja apartada do “saber-fazer” na política contemporânea.

O poder do campo Midiático e suas implicações invisíveis

Aristóteles, o pai da retórica e da política em essência, já estabeleceu a importância do discurso e, para tanto, implicitamente, na própria comunicação para as vivências em sociedade. Nesse viés, é impossível pensar a mídia na inserção em um contexto político, de apropriações recíprocas, sem alguns aspectos que envolvem a ação comunicativa, a construção das alteridades, as estratégias discursivas e seus efeitos de sentido, dado o papel mediador da instância midiática para a política. Inicialmente, é preciso levar em consideração as conexões entre os sujeitos inseridos no contexto social.

Estou convicto de que *ontogênese das perspectivas do falante e do mundo*, que leva a uma compreensão descentrada do mundo, só poderá ser esclarecida em conexão com o desenvolvimento das correspondentes estruturas da interação. Se partirmos, com Piaget, do agir, isto é, do *confronto ativo* de um sujeito que aprende construtivamente com seu *mundo ambiente*, é natural supor, primeiro, que o complexo sistema de perspectivas se desenvolve a partir de duas raízes: por um lado, a partir da perspectiva do observador, que a criança deve adquirir através de um relacionamento perceptivo-manipulador com o seu mundo-ambiente físico, bem como, por outro lado, a partir das perspectivas eu-tu relacionadas uma à outra reciprocamente, que a criança exercita através do relacionamento simbolicamente mediado com pessoas de referência. (HABERMAS, 2003, p.170).

Assim, é possível observar que a relação interacional entre o indivíduo, seu próprio ambiente, bem como suas referências e vivências, podem desencadear forças de ação em comunicação, sob dois aspectos que o legitimam: a perspectiva do “eu”, enquanto observador; e a perspectiva do “outro”, formando assim o que o referido autor chama de um “sistema de perspectivas do mundo que se completa” (HABERMAS, 2003, p. 171). Essa completude é possível a partir da interação pessoal e social, que passa a ser base para a formação de vínculos em sociedade, mas somente por meio de elementos de discursividade:

Todavia, nossa hipótese exige uma distinção que não é fácil operacionalizar entre: (a) papéis comunicacionais e perspectivas do falante, (b) implementação dessas

perspectivas do falante em diferentes tipos de interação e (c) a estrutura de perspectivas de uma compreensão de mundo que admita a escolha entre as atitudes fundamentais em face do mundo objetivo, social e subjetivo. (HABERMAS, 2003, p.172).

Tais elementos efetivam um sistema de comunicação mais adequado em uma estrutura social, em que melhor se definam os papéis comunicacionais de cada indivíduo, bem como se estabeleçam interações e apropriações adequadas na esfera ativa da ambiência ou contexto social. Desse modo, para que tais quesitos sejam eficientemente atendidos, é necessário que exista um planejamento estratégico que priorize a comunicação em suas ações institucionais.

Com isso, necessita-se pensar sobre os processos nos quais está em jogo a razão comunicacional, cujos dispositivos agenciam as mudanças do mercado e da sociedade, ao mesmo tempo em que se necessita pensar a respeito do espaço estratégico que passou a ocupar a comunicação na configuração dos novos modelos de sociedade, vinculando-a ainda aos processos tecnológicos, educacionais, políticos e, certamente, sociais (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 13). Estes processos de comunicação, nesse cenário, ocorrem a partir

[...] das relações institucionais entre matrizes culturais e lógicas de produção, que podem ser entendidas a partir dos movimentos de socialidade gerados na trama das relações cotidianas, que tecem os homens ao juntarem-se na práxis comunicativa e resulta dos modos e usos coletivos de comunicação, isto é, de interpelação/constituição de atores sociais e de suas relações com o poder. (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 17).

E, nesse contexto, a comunicação se processa na medida em que os sujeitos envolvidos mesclam suas experiências a elementos formulados a partir de articulações institucionais, com base em intervenções políticas que têm como função dar mais estabilidade à ordem constituída. Nesse viés, as instituições, em suas particularidades, têm um papel fundamental na configuração do campo político, a partir daquilo que se entende por organização enquanto resultante da interação entre indivíduos e a própria estrutura em que exercem suas sociabilidades. Amitai Etzioni (1973), em sua postura estruturalista acerca do pensamento sobre as organizações “pós-modernas”, argumenta que:

As organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos. Incluem-se as corporações, os exércitos, as escolas, os hospitais, as igrejas e as prisões; excluem-se

as tribos, as classes, os grupos étnicos, os grupos de amigos e as famílias. (1973, p. 9).

É na relação social entre os indivíduos e a própria estrutura que as transformações organizacionais se processam, uma vez que “[...] as organizações são o contexto no qual as pessoas trabalham” (HALL, 2004, p. 7). Dessa forma, pode-se entender que uma organização é fruto de uma combinação social dos indivíduos que a compõem, bem com a estrutura da própria organização, que compreende seu racionalismo, suas regras, seus objetivos, sejam eles reais ou estabelecidos. Para Hall (2004, p. 4), “[...] o impacto das organizações sobre os indivíduos concentra-se nas organizações de trabalho”. A partir dessa percepção, entende-se que as organizações são estruturadas a partir da relação indivíduo/estrutura, sendo esta coordenada pelo controle gerencial, a partir de objetivos organizacionais e institucionais.

Em contextos mais contemporâneos, avanços, no que diz respeito à evolução das novas tecnologias de informação, a seus dispositivos e a suas plataformas, que constituem o atual panorama da organização em sociedade, e geram, portanto, impactos sobre o modo de percepção dos contratos de leitura, especialmente no que se refere aos vínculos entre emissores e receptores. Estabelece-se, assim, uma conexão com condições específicas, conexão em que as trocas se operam a partir de um interesse social e de um jogo de regulação:

Por um jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim, se constroem as convenções e as normas dos comportamentos linguageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana. (CHARAUDEAU, 2009, p. 67).

Esse processo de reflexão se volta para a problemática das interações entre os campos midiático e social, em suas ambiências, respectivamente. Aqui, conceito de campo enquanto “realidade de forças” é entendido a partir da ação da própria mídia no cotidiano da sociedade, dentro de um espaço restrito. Há que compreender o sentido de campo a partir de uma energia que se cria, recria, propaga, repele e é colocada em tensão a partir de trocas e de relações que são constantemente alternadas e transformadas. Para Foucault, a relação entre o campo social e outros campos, bem como com outras práticas, diz respeito ao discurso que deve ser pensado enquanto prática discursiva:

Não podemos confundir com a operação expressiva pela qual o indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional, que pode ser acionada num sistema de interferência; nem com a “competência” de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2005, p. 136).

É justamente a partir da inter-relação entre campos que se observam e se examinam vínculos entre produtores e receptores de mensagens, levando em conta o trabalho central do campo das mídias, em suas relações com os demais campos sociais, que se caracterizavam pela produção discursiva sobre os mesmos, com o efeito de construção de agendas e a visibilidade da tematização de assuntos que somente poderiam vir ao público dada a natureza discursiva mediadora das mídias; bem como nas relações com os receptores. Para se entender um pouco mais sobre esse processo específico entre mídia e sociedade, que envolve discurso, enunciação e efeitos de sentido, é preciso, primeiramente, compreender a noção de contrato de leitura:

O conceito de contrato é uma espécie de espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor, paisagens onde o leitor pode escolher um caminho mais ou menos de liberdade, onde não há zonas nas quais ele possa se perder, ou seja, perfeitamente balizado. Ao longo da estrada o leitor encontra personagens diversos que lhe propõem atividades várias, através das quais se vêem possíveis traços de relações, segundo as imagens que estes lhes passam. Um discurso é um espaço habitado de atores, de objetos e ler é colocar em movimento este universo, aceitando ou recusando, indo mais além à direita ou à esquerda, investindo mais esforços (...). Ler é fazer. (VERÓN, 2004, p. 216).

Nesse sentido, o contrato de leitura vai além das formas de vincular emissão e recepção e explica como o discurso social, oriundo das práticas sociais, do fazer cotidiano, se torna uma reinterpretação da realidade, por meio das enunciações e dos modos de dizer, que, por sua vez, têm a propriedade de gerar efeitos de sentido. As ambiências, as vivências, as trocas culturais e os produtos considerados discursos – uma vez que se qualificam como práticas sociais, pois estabelecem mensagens, significados, vínculos, identidades e representações – promovem, no expectador, efeitos, sentidos e sensações de pertencimento inclusive. Assim, é possível entender que não há produção de sentidos sem enunciação que legitima a ação do campo midiático, e sua interface com os demais campos, e, sobretudo, com o campo social. É nesse espaço de vinculação que instâncias da produção engendram suas

estratégias, suas regras e suas restrições. Tais restrições designam a cointencionalidade existente entre os indivíduos envolvidos na situação de comunicação:

Toda troca linguageira se realiza num quadro de cointencionalidade, cuja garantia é as restrições da situação de comunicação. O necessário conhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. (CHARAUDEAU, 2009, p. 68).

Nessa perspectiva, os pensamentos de Eliséo Verón e de Patrick Charaudeau, ambos teóricos da chamada Análise do Discurso, em relação às instâncias de produção e de recepção, se assemelham, principalmente quanto à inclusão do sujeito no processo discursivo. A sociedade é composta por diversas falas. Cada fala é realizada com características específicas e é perpassada por várias mídias. O discurso criado por esses atos de linguagem é articulado por diferentes indivíduos, e pode ser definido como uma mensagem construída por alguém, endereçada a outrem, dentro de um contexto (político, social, cultural, econômico, estrutural, etc), que produz um efeito de sentido. Charaudeau é ainda mais categórico quando afirma que a troca linguageira, realizada entre eles, depende de um “contrato de comunicação”, que regula tal prática. Essa relação contratual, que organiza o discurso, é feita pelos interlocutores, representados por um produtor, a mídia e um receptor da informação, o público:

A situação da comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, na qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui seu valor simbólico. Como se estabelecem tais restrições? Por um jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos por justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim se constroem as convenções e as normas dos comportamentos linguageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana. (CHARAUDEAU, 2009, p. 67).

Essa estrutura de produção discursiva, estabelecida a partir desse jogo que regula as práticas sociais, dinamiza o processo de interação, por meio de um conjunto de estratégias que se estruturam e levam em conta certos níveis de cumplicidade com o expectador, por meio de uma espécie de acordo previamente estabelecido:

Eles se encontram na situação de dever subscrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um contrato de comunicação. Este resulta de características próprias à situação de troca, os *dados externos*, e das características discursivas decorrentes, os *dados internos*. (CHARAUDEAU, 2009, p. 68).

Em um sentido que não corresponde absolutamente à realidade, uma comunicação política se faz, na contemporaneidade, conjugando diversas facetas de aparição, em um cenário híbrido, em que o fazer política diz respeito a estratégias integradas construídas para modular a sociedade e mediar questões de economia nesse intento. Ocorre, contudo, que uma certa fragilidade dos partidos políticos detecta a “modernidade líquida” de Bauman (2001), mas os partidos insistem nos processos de persuasão, na busca de influências ideológicas pautadas na reciprocidade da atitude do outro. A exemplo disso, Bourdieu (1997) fala da propaganda política do século XX, que, perceptivelmente, sofre a transição da comunicação persuasiva de massas orquestrada pelos governos totalitários para uma persuasão via comunicação mediada assumida pelos governos democráticos para o processo de abertura política. Assim, marketings adaptáveis tomam a ponta no processo político-eleitoral e mesclam a vida em sociedade a partir da justiça, da democracia e da imprensa.

Assim, portanto, no jogo em que as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas, segundo Charaudeau (2009), esferas política e midiática se entrecruzam, traduzindo a produção da informação em opinião em que figuram a própria mídia e o governo, estabelecendo, nessa inter-relação, um espaço de disputa e de convergência de informação e imagem, em meio a tantas mediações e midiatizações. Dessa forma, é entre discursos e estratégias que o campo da política se entrelaça ao campo das mídias, reconfigurado a partir de novas relações de poder e de visibilidade dentro dos próprios dispositivos midiáticos, que, ao mesmo tempo, demonizam e consagram os modos de fazer política.

Contradições e tensões: entrelaçamentos nas entrelinhas

Em meio ao pêndulo que oscila entre mercado e Estado, a política e a mídia se cruzam e formam espaços de poder visíveis e invisíveis. Nesse contexto de conflito e de paixão, de racionalidade e de impulso, a política faz sua história, apropria-se da mídia, estabelece continuidades e descontinuidades profundas e marcantes na sociedade. Entreatos, os efeitos de real (BOURDIEU, 1997) fazem política e mídia imiscuirem-se mutuamente, de

modo que esta última pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Assim, as relações políticas tornam-se implacáveis, na medida em que

[...] relações de convivência, de cumplicidade objetiva, baseadas nos interesses comuns ligados à sua posição no campo na produção simbólica e no fato de que têm em comum estruturas cognitivas, categorias de percepção e de apreciação ligadas à sua origem social, à sua formação (ou à sua não-formação). (BOURDIEU, 1997, p. 51).

Nessas relações, três atores sociais podem ser visualizados: os políticos em si, os jornalistas enquanto mediadores da informação e o público em geral, receptores ativos do discurso estratégico da política. Assim, as trocas languageiras entre os respectivos atores podem qualificar o papel da mídia para o saber-fazer política na contemporaneidade (CHARAUDEAU, 2009). E na política obcecada por números, ou seja, quantificada, qual é a importância da mídia nas suas decisões e votos? E qual é a importância da mídia nas decisões e votos do Congresso Nacional? Sim, para resposta a tantas perguntas, mas, entre dominantes e dominados nessas relações,

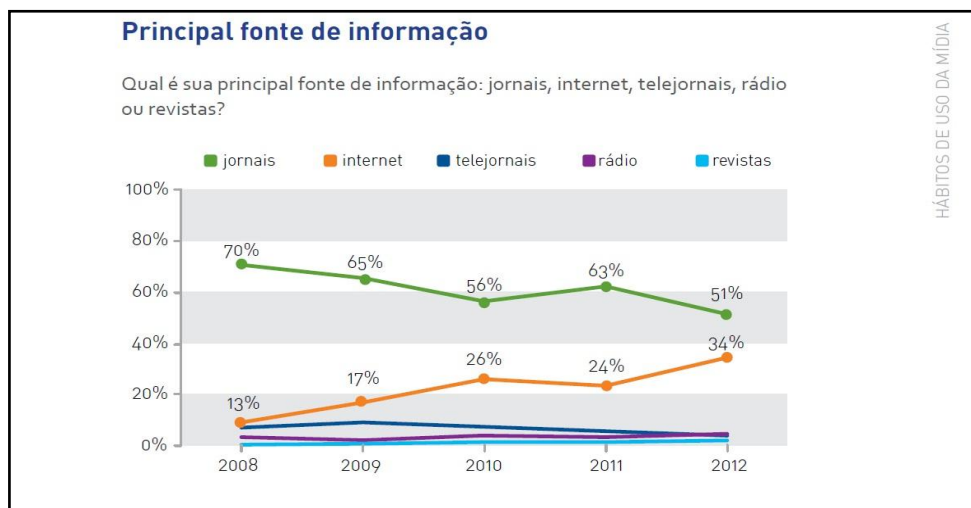
[...] representações são tomadas de posição em que se exprime essencialmente a posição daquele que as exprime, sob formas mais ou menos degeneradas. Mas, ao mesmo tempo, são estratégias que visam a transformar a posição. [...] O mais importante e que, através do aumento do peso simbólico, daqueles que se ajustam com mais cinismo e sucesso à busca do sensacional, do espetacular, do extraordinário, é certa visão da informação, que tente a impor-se ao conjunto do campo jornalístico. (BOURDIEU, 1997, p. 70-72).

A despeito da notoriedade e da reputação da própria da política na mídia, um campo simbólico se reproduz na autoridade dos atores sociais envolvidos, que se apresentam no cenário envolvente da informação, visível e invisível, estrutural e objetivo, social e econômico, de rara influência de poder e consagração (BOURDIEU, 1997). Nesse jogo, alguns contrapontos podem ser identificados nos entrelaçamentos propriamente ditos entre a política e a mídia, a partir do encadeamento de mensagens intencionais que perfazem a opinião pública. O primeiro desses contrapontos diz respeito ao uso da própria mídia pela política e ao acesso à informação. Assim, depreender discussões sobre os desdobramentos entre a política e a mídia não é algo fácil. Como recurso de discussão, avaliam-se os gráficos que seguem, cada um trazendo um ponto de discussão a respeito dessa peculiar relação. Obviamente, vale lembrar que

[...] o risco sempre é muito grande, tanto maior quanto a comparação entre as épocas é extremamente difícil: apenas se pode comparar de estrutura a estrutura, e sempre se corre o risco de se enganar e de descrever como algo de inaudito algo banal, simplesmente por incultura. (BOURDIEU, 1997, p. 61).

Mesmo assim, instigar pontos de debate é um dos papéis da pesquisa científica, e, no gráfico abaixo, que se refere aos hábitos e usos da mídia pelos próprios políticos, tratando dos hábitos de informação e monitoramento político das relações entre a mídia e a política brasileira, no ano de 2012, pode-se perceber, em contraponto a Bourdieu (1997), que a televisão já não é mais apontada como principal fonte de informação sobre o campo político para os próprios políticos, de modo que a internet tem crescimento significativo enquanto opção de informação em um período de quatro anos, tirando, de certa forma, espaço dos telejornais e promovendo uma queda da principal fonte de informação política para os políticos no geral, que ainda são os jornais impressos.³ O jornal impresso ainda é a mídia mais utilizada pelos políticos enquanto fonte de informação sobre a política, embora com certa perda de espaço para a internet.

Gráfico 1 – Principal fonte de informação

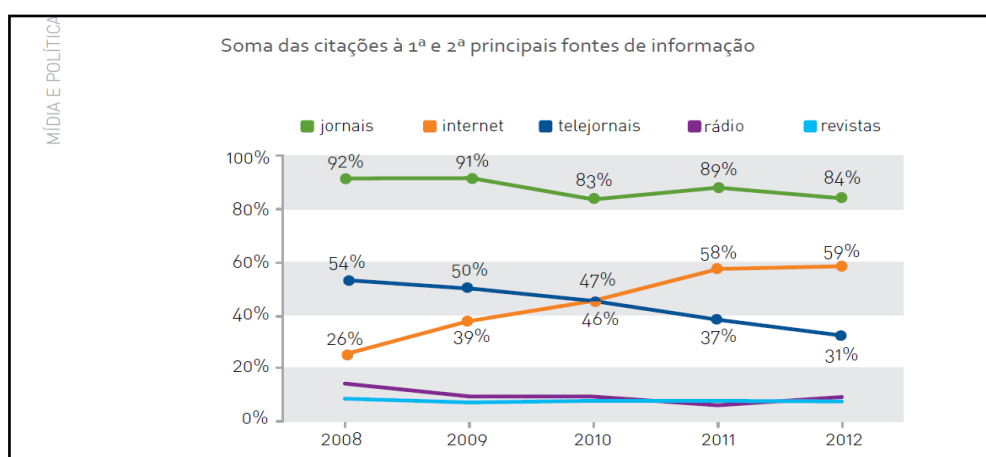


Fonte: Mídia e Política 2012, p. 12.

³ Pesquisa realizada em 2012, pela FSB Pesquisa, disponibilizada em pdf *on-line* e intitulada “Mídia e Política 2012: hábitos de informação e monitoramento político”; 5. – Brasília, DF: FSB Comunicações, 2012. Acesso em: 9 out. 2012.

Nesse mesmo período de avaliação, percebe-se, de acordo com o gráfico a seguir, que os meios de comunicação mais utilizados são os jornais impressos e a internet, que, em certa medida, pode remontar certa credibilidade daquilo que é ainda diferencial, detalhado na informação e na comunicação impressa, atrelado à velocidade dos hipertextos disponíveis quase em tempo real na plataforma *on-line*.

Gráfico 2 – 1 e 2 principais fontes de informação

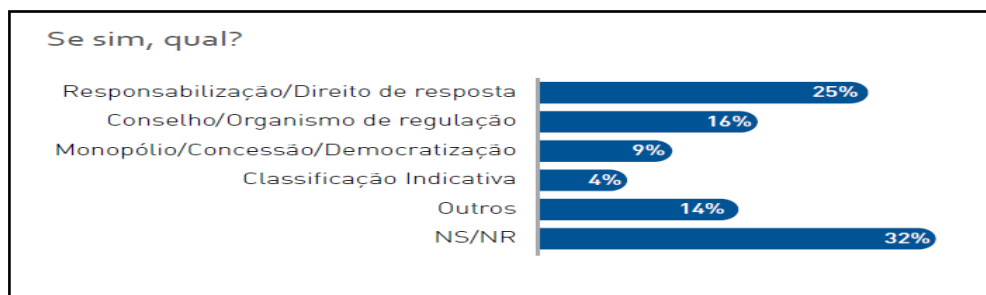
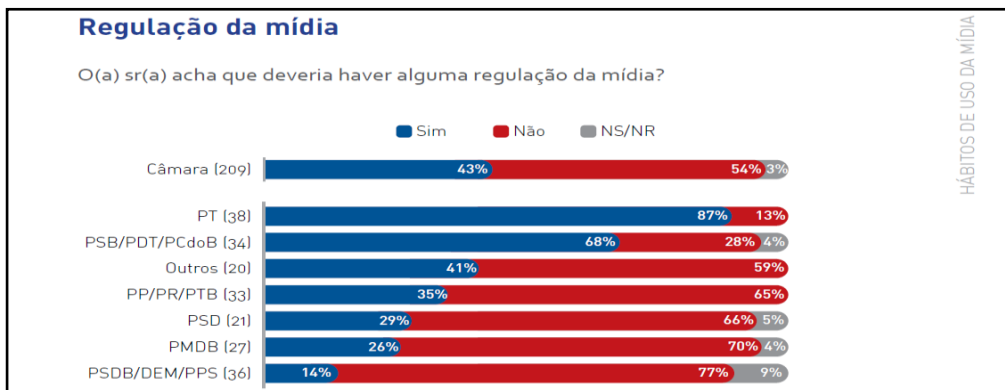


Fonte: Mídia e Política 2012, p. 13.

Os efeitos do desenvolvimento da internet enquanto meio de comunicação polemicamente democrático, de massa, configuram um novo dispositivo midiático, amplo e intenso, que se interpõe enquanto ferramenta essencial do campo midiático. O desenvolvimento da internet promove um conjunto de forças e de efeitos eficazes referentes à formação de opinião e ao grau de autonomia das próprias instâncias governamentais. Pode-se, em tese, afirmar que essas instâncias passam a apoiar suas ações e decisões no papel da mídia configurada como “quarto poder”. Assim, efeitos de intrusão e de exclusão (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2009) estabelecem a mídia atuando sobre a política, no sentido de domínio, convencimento, manipulação da estrutura governamental, que se movimenta nitidamente sob o efeito caótico e alucinógeno do que pode representar o processo mediador de midiatização.

Nesse mesmo intento, um segundo ponto de discussão refere-se à avaliação da mídia enquanto possível aliada ou opositora da política como prática social.

Gráfico 3 e 4 – Regulação da mídia



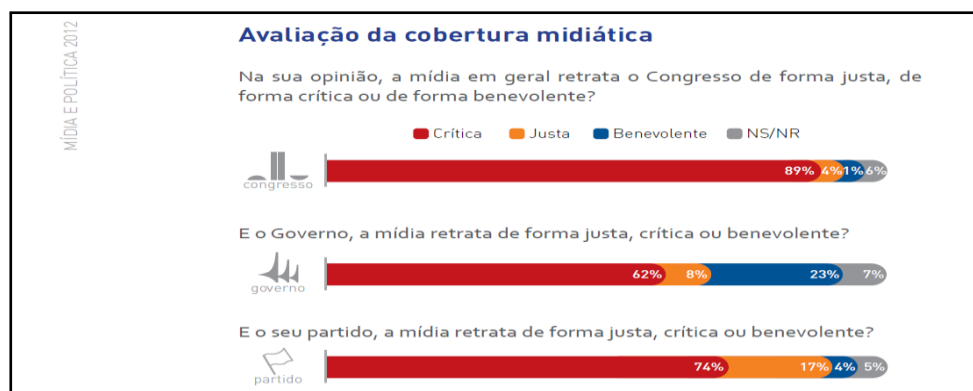
Fonte: Mídia e Política 2012, p. 18.

Dada a legitimidade democrática e política dos partidos políticos, que, no Brasil, pregam, dentre outras coisas, igualdade, liberdade e fraternidade, articulados sob um poder constitucional que garante a liberdade de expressão à imprensa, observa-se que a cobertura jornalística é vista, por esses partidos, com uma significação que gira em torno de algo como “o excessivo”, “o sem limites”, mesmo que, em sua maioria, não tenham conseguido julgar, ou preferiram não se manifestar, quanto às possíveis formas de regulação que possivelmente seriam instituídas sobre a própria mídia, estabelecendo assim tipos de regulação. Percebe-se, contudo, que os partidos deixam transparecer uma vontade geral, mas não unânime, de

expressar preocupação com as ações da imprensa. De forma crítica, uma relação entre os partidos, os políticos e a mídia é clara, e implica, de um lado, excessos, e, de outro, ações e comportamentos adequados e próprios da mídia, evidenciando os problemas em relação à difusão do conteúdo político. A influência do campo midiático sobre a política é postulada por Bourdieu (1997), e exprime a peculiaridade dessa intervenção, a de amada e temida (MAQUIAVEL, 2007), exercida por agentes comprometidos no campo de intersecção, em uma relação de luta permanente e de concorrência, “[...] em cujo interior exerce efeitos muito poderosos” (BOURDIEU, 1997, p. 114).

Dessa forma, esses dois campos estão implicados e têm em comum estarem direta ou indiretamente situados no cenário da influência entre mercado e Estado. Para tanto, os embates com a cobertura jornalística são o terceiro ponto a ser observado neste ensaio.

Gráfico 5 – Avaliação da cobertura midiática



Fonte: Mídia e Política 2012, p. 19.

A crítica de mídia é observada pelo poder público com grande notoriedade, em especial, pelo Congresso Nacional e pelos partidos políticos, que, em contraponto ao governo, não observam quase nada de benevolência naquilo que a própria mídia reproduz e projeta de informação a respeito da política. Esse cenário de imersão no discurso midiático e de efeitos deflagrados a partir das ações que a ele dizem respeito é muito complexo. Em decorrência, a

sua extensão diz respeito a uma infundável discussão que envolve o papel dos meios de comunicação, do saber-fazer político e da sociedade em si. Giovanni Sartori, renomado cientista político ítalo-estadunidense, observando as peculiaridades do uso das mídias pela política, denominou a atividade com o termo “videopolítica”, apontando para a proliferação dos acertos e das brigas entre o campo da mídia e o campo da política, em que a supremacia do primeiro garante a simulação (BAUDRILLARD, 1991) do segundo. A exemplo disso, o uso de mídias diversas pela política brasileira – na chamada propaganda eletrônica gratuita (MIGUEL, 2004) – denuncia, na verdade, a capacidade da mídia em garantir uma influência conjugada entre poder econômico, ideológico e político propriamente dito (BOBBIO, 1997), visto que tem a exclusividade de configurar as estratégias de campanha de uma elite política. Assim, a chamada pauta pública (MIGUEL, 2004) se cumpre de modo “capengo”, e, ao invés de envolver os cidadãos nas questões coletivas, ela, em sua característica manipulatória, praticamente os aparta da capacidade de compartilhar a própria política, o que, até certo ponto, pode ser considerado algo benéfico para os partidos políticos, o governo e o Congresso. Volta-se ao ponto de questionamento sobre o gráfico, que apresenta um tensionamento sobre a posição da política enquanto prática no Brasil em face da ação midiática.

Nesse contexto, uma interessante intervenção pode ser percebida no pensamento de Chantal Mauffe (2005), que, por meio da explicação de escolas que compartilham valores e princípios éticos, políticos, e cujas interpretações estão em disputa, propõe um modelo “agonístico” de democracia, em que o poder é constitutivo de relações sociais e é preciso pensar a política enquanto um antagonismo inerente às relações sociais, existindo ainda uma impossibilidade de superação da relação “nós” e “eles” dentro dos ditames de compatibilidade democrática. Assim, é fundamental reconhecer a dimensão conflitual dentro das relações humanas, bem como reconhecer o político dentro das questões da política. Esses reconhecimentos fundam a percepção de sua proposta, que tem por objetivo um processo de conversão, de transformação da dimensão antagônica em agonística, no sentido de introduzir a categoria do adversário para a confrontação agonística, legitimando o conflito e identificando a cidadania em disputa, prevendo resultados temporários de hegemonia

provisória. É preciso abrir caminho para o dissenso, e reconhecer os limites e as fronteiras sociais e políticas, essencializando as identidades e a multiplicidade de vozes na sociedade contemporânea. E, como pano de fundo, ainda não se foge à poliarquia articulada no pensamento de Robert Dahl e à teoria das elites tão cara a Wilfredo Pareto. Neste viés, a política e a mídia, em seus entrecruzamentos, podem ser observadas por meio de estruturas de poder que partilham de uma democracia agonística, de lutas e de jogos simbólicos que disputam índices de sociabilidades. Mais uma vez, eis corroborado o que foi formulado por Bourdieu.

Considerações Finais

As metamorfoses do poder entre a mídia e a política apontam para uma espetacularização contemporânea e própria das sociedades ocidentais (DeBORD, 1997), que tornam própria a obsessão por números na política, a tensão entre os respectivos campos, as disputas de poder nos jogos discursivos e a chamada videopolítica exibicionista e ambicionista. Assim, acontecimentos provocados no discurso político (CHARAUDEAU, 2009) perfazem os efeitos de decisão, de saber, de opinião e de testemunho na caminhada política, mas provocar acontecimentos e agendar efeitos na política, feliz ou infelizmente, depende de uma mecânica argumentativa das mídias.

Nesse contexto, um processo de dominação coloca em xeque o poder do Estado, do mercado, da política e da mídia, em suas encenações insistentes para toda a sociedade. Valores democráticos, elites dominantes, hierarquias variadas remontam à *mise-en-scène* do saber-fazer política na contemporaneidade e o que resta é um sentimento de mundo, um medo de incertezas crônicas estabelecidas entre a abundância e a falta de informação. O crescimento tecnológico definitivamente não garantiu nível de civilidade ao homem, e, pelo contrário, dotou o próprio Estado de um poder hostil, enrijeceu a concentração de poder de domínio nobre e abriu espaço para conflitos ainda mais globais com a facilidade de acesso às armas de destruição (TODOROV, 2008).

Elevando as observações sobre os entrelaçamentos visíveis e invisíveis entre a política e a mídia para um contexto mais filosófico, percebe-se, na sempre eterna afirmação de Aristóteles, a de que “o homem é um animal político”, a atualidade de uma velha discussão. Ocorre, porém que, além de animal político, o homem é também social e racional, e essas premissas reunidas deveriam garantir seus limites entre a barbárie e a civilização. Entre homens políticos e homens politizados há, contudo, um enorme abismo. Desse modo, os políticos, para se manterem no poder, necessitam sempre controlar os politizados e, para isso, utilizam-se de armas onipotentes e onipresentes, como a mídia, reconfigurada atualmente como instrumento de barbárie.

Para além dos prejulgamentos em relação à mídia, um ponto de apoio pode residir em duas perspectivas básicas: a primeira delas é que “[...] o jogo político é um assunto de profissionais, para encorajar, sobretudo nos menos politizados, um desengajamento fatalista evidentemente favorável à manutenção da ordem estabelecida” (BOURDIEU, 1997, p. 142). A segunda está no próprio entendimento de que o espírito humano esboça seu nível de civilidade, inclusive política, no reconhecimento da diversidade do outro, da importância da alteridade, mas com respeito e dignidade, preservando o espírito do homem público (SENNETT, 1988), categoria de políticos que está em declínio em face dos hedonismos contemporâneos.

Utopia ou não, ainda é preciso revigorar os ensinamentos dos gregos na vida política contemporânea, em que os indivíduos eram vistos como cidadãos e convidados à participação. Este deve ser o foco da autonomia e da vida coletiva. Nesse sentido, Carole Pateman (1992) e C. B. Macpherson concebem um *modus operandi* democrático que promova a possibilidade de crescimento humano, no sentido das decisões, das inclusões, do desenvolvimento individual e coletivo, e, essencialmente, no processo que qualifica a política por meio de cidadãos comuns, a partir da representação em sociedade, fortalecendo laços e sentimentos de cidadania e de solidariedade para além da própria política, e que, essencialmente, dizem respeito ao espírito humano e ao valor da vida social. Para tanto, a mídia pode, sem dúvida, ser utilizada como ferramenta de integração, de dignidade, de conduta e de sociabilidade pela própria política. E o que é isso senão o velho e bom saber-fazer política?

Referências

- ARISTÓTELES. *A política*. Brasília, DF: UnB, 1988.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água Editores, 1991.
- BAUMAN, Sygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 10. ed. Brasília, DF: Ed. UNB, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, 2011.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.
- DAHL, Robert Alan. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Ed. da USP, 1997.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- ETZIONI, Amitai. *Organizações modernas*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1973.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.
- GRAMSCI, Antônio. *Cartas do cárcere*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALL, Richard H. *Organizações: estruturas, processos e resultados*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MALFATTI, Selvino A. *A teoria das elites como uma ideologia para perpetuação no governo*. s/a. Disponível em: <http://sites.unifra.br/Portals/1/ARTIGOS/ARTIGOS/A%20TEORIA%20DAS%20ELITES%20COMO%20UM%20IDEOLOGIA%20PARA%20PERPETUA%20E2%82%AC%3%87O%20NO%20G.pdf>. Acesso em março de 2012.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad.: Pietro Nasseti. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 25, 2005.
- MIGUEL, Luiz Felipe. Dossiê “mídia e política”. *Revista de Sociologia e Política*, 2004. Mídia e política 2012: hábitos de informação e monitoramento político; 5. – Brasília. DF: FSB Comunicações, 2012. Acesso em: 9 out. 2012.

- MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- NEGREIROS, Davys Sleman. *Mídia e política: a metamorfose do poder*. Artigo *on-line*. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PLATÃO. *A república*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Pensadores).
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social; ensaio sobre a origem das línguas; discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; discurso sobre as ciências e as artes.*, São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).
- RUA, Maria das Graças. *Políticas públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.
- SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo, democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.
- _____, E. *El living y sus dobles: arquitecturas de la pantalla chica*. In: _____. *El cuerpo de las imágenes*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2001.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TODOROV, Tzvetan. *Entre peur et ressentiments: barbarie et civilisation*. Paris: Robert Laffont, 2008.